

* Manutenção de escritório de apoio à atividade parlamentar (R\$ 8.614,74);

* Telefonia (R\$ 906,05);

* Locação ou fretamento de veículos automotores (R\$ 5.333,34);

* Serviço de táxi, pedágio e estacionamento (R\$ 119,60);

* Combustíveis e lubrificantes (R\$ 642,09).

O valor das despesas foram incluídos na cota parlamentar -valor pago pelo Legislativo para cobrir despesas dos deputados e senadores no exercício do mandato, como passagens, aluguel de escritórios, comunicação e combustível. O recurso existe para viabilizar a atuação dos parlamentares e seu uso é regulamentado e fiscalizado pelos órgãos competentes.

O ex-deputado deixou de receber a cota parlamentar a partir de setembro. Foi neste mês em que a Câmara parou de divulgar a transparência de seus gastos.

Não está claro se o aluguel e o abastecimento foi feito a uma terceira pessoa. O Metrôpoles tentou contato com a assessoria de Eduardo, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

Cassação

Eduardo Bolsonaro foi cassado do mandato de deputado federal pelo acúmulo de faltas na Casa Baixa. Ele está no país norte-americano desde fevereiro do ano passado, sem autorização para votar à distância. Inicialmente, o parlamentar entrou de licença, mas o prazo acabou.

Depois, Eduardo tentou exercer o mandato à distância, se tornando líder da minoria na Câmara. A jogada não deu certo, sendo barrada pelo próprio Motta. Dessa forma, o filho do ex-presidente Bolsonaro passou a ter faltas computadas.

A Constituição determina que parlamentares ausentes em um terço das sessões da Câmara ou do Senado percam o mandato. Dessa forma, não há necessidade de análise do caso no Conselho de Ética ou no plenário da Casa.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa de Eduardo Bolsonaro e aguarda resposta.